



POLUIÇÃO SONORA EM DEBATE

Este documento apresenta o registro da audiência pública “**Poluição Sonora em Debate**”, presidida e organizada pela **Vereadora Cris Monteiro**, em parceria com a **Frente Cidadã pela Despoluição Sonora**, no âmbito da **Comissão de Educação, Cultura e Esporte** da Câmara Municipal de São Paulo.

Informações quantitativas:

- A audiência foi realizada no dia **10 de novembro de 2025**, às **18h**, no **Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo**.
- O evento teve **duração de três horas** e contou com a presença de **150 munícipes**.
- Durante a sessão, **27 participantes se manifestaram presencialmente** e **1 munícipe participou de forma virtual**.
- Ao todo, **230 pessoas se inscreveram** para participar da audiência.

Autoridades Presentes:

A atividade contou com a presença de **especialistas e acadêmicos** na temática da poluição sonora, **autoridades municipais** e **representantes de diversas secretarias**, além de **membros da sociedade civil** e de entidades ligadas à causa.

Os nomes que compuseram a mesa do debate foram:

1. Vereadora Cris Monteiro, Vereadora e anfitriã do evento

Secretaria de Saúde representada por:

2. Dra. Sandra Maria Vieira Tristão de Almeida – Assessoria Técnica da Coordenadoria de Atenção Básica

3. Dr. André Castilho – Assessoria Técnica da Saúde do Trabalhador da Coordenadoria de Vigilância em Saúde – COVISA

4. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento representada por Júlia Maia Jereissati - secretária adjunta

5. Secretaria de Segurança Pública representada pelo Coronel Chaves e pelo Comandante Operacional Marcos dos Santos Queiroz

6. Secretaria Municipal das Subprefeituras representada por Leonardo

7. Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa representada por Caio Mesquita

8. Dr. Waldir de Arruda Miranda Carneiro, Advogado especialista em perturbação sonora - autor do livro perturbações sonoras nas edificações urbanas

9. Marcos Holtz, Arquiteto e Urbanista, atual presidente executivo da ProAcústica (Associação Brasileira para a Qualidade Acústica)

10. Dra. Ana Claudia Fiorini, Fonoaudiologia - Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo

11. Marcelo Sando, Filósofo e Idealizador da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora e do movimento Paulista Boa Para Todos

A portrait of Cris Monteiro, a woman with brown hair, smiling, wearing a blue top and a necklace. She is seated at a table with a microphone and a glass of water. In the background, there are flags and a banner for the Câmara Municipal de São Paulo.

cris monteiro
VEREADORA DE SÃO PAULO

Cris Monteiro: diálogo entre Poder Público e sociedade civil

Na abertura, a vereadora Cris Monteiro destacou a importância da união entre o Poder Público e a sociedade civil na construção de políticas baseadas em evidências e voltadas à melhoria da qualidade de vida.

Segundo dados apresentados, São Paulo registrou, em 2024, uma média de 118 denúncias de ruídos por dia. A vereadora enfatizou o número elevado de reclamações que recebe em seu gabinete, desde o início do seu primeiro mandato até novembro de 2025 foram cerca de 1.500 denúncias, ela ainda ressaltou que, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), a poluição sonora é o segundo maior risco ambiental à saúde humana, atrás apenas da poluição do ar.

Cris Monteiro também mencionou avanços recentes, como a previsão de zonas de mitigação sonora durante o Carnaval, a necessidade de adequação acústica de bares e restaurantes e a importância de uma comunicação mais eficiente entre vizinhos e proprietários de estabelecimentos. “O debate deve ser equilibrado, queremos uma cidade viva, pulsante, mas também respeitosa com quem quer descansar”, afirmou.

Encerrando a audiência, a Vereadora agradeceu os participantes e classificou os depoimentos como “emocionantes e duros, que revelam o sofrimento real de uma população sem sossego”, e ainda destacou que “as leis existem, mas não estão sendo cumpridas, nem pelos cidadãos, nem pelas autoridades”, e se comprometeu a encaminhar as demandas aos secretários e ao prefeito de São Paulo.



Secretaria Municipal da Saúde: reconhecimento do problema como questão de saúde pública

O Dr. André Castillo, da Divisão de Saúde do Trabalhador, reconheceu a poluição sonora como um problema de saúde pública, associando-a a pressão arterial elevada, arritmias cardíacas, depressão e distúrbios do sono.

Apesar disso, destacou que a Secretaria de Saúde e a Coordenadoria de Vigilância em Saúde ainda não possuem programas específicos para o tema, e que a questão não está contemplada na Divisão de Saúde Ambiental da Covisa. Ele se comprometeu a levar a proposta ao secretário Luiz Zamarco, com o objetivo de criar um programa voltado à poluição sonora em ambientes externos.

Sandra, da Coordenadoria de Atenção Básica, complementou dizendo que a rede de 479 UBSs pode ser usada para ações de promoção e proteção da saúde em relação ao tema.

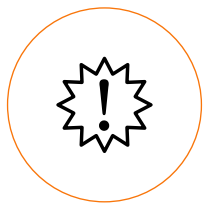


Urbanismo e fiscalização: avanços e desafios

A representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), Júlia Jereissati, informou que a pasta assinou um convênio com o IPT para a elaboração do Mapa de Ruído de São Paulo, dividido em três etapas, com a primeira entrega prevista para o início de 2026.

Os representantes da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, Coronel Chaves e o Inspetor Queiroz, da GCM, apresentaram dados sobre as operações “Sono Tranquilo”, realizadas a partir das 22h, com 56 ações em 2025. Também destacaram o papel da Guarda Civil na integração com as Subprefeituras e o PSIU, além das 331 operações de combate ao “pancadão” realizadas até outubro deste ano.

Representando a Secretaria das Subprefeituras (SMSUB), Leonardo reconheceu que o PSIU ainda opera com excesso de burocracia, mas informou que a pasta revisa atualmente seus processos para garantir mais efetividade na fiscalização. Também mencionou grupos de trabalho em andamento nas regiões do Anhangabaú e da Avenida Paulista, voltados a aperfeiçoar a legislação sobre ruído urbano. A SMSUB e sua atuação com o PSIU foram altamente criticadas durante a audiência.



Especialistas: poluição sonora é questão de saúde pública e planejamento urbano

O advogado Waldir de Arruda Miranda, especialista em perturbação sonora, destacou que o tema deixou de ser tratado como mera disputa entre vizinhos e passou a ser reconhecido como problema ambiental e de saúde coletiva, observando que há leis suficientes, mas falta celeridade nos processos e maior capacidade de atuação das forças policiais e da GCM. O engenheiro acústico Marcos Holtz reforçou a importância do planejamento preventivo, lembrando que a fiscalização isolada “coíbe excessos, mas não corrige erros estruturais”, defendendo tecnologias de monitoramento e mapas de ruído integrados ao planejamento urbano. Já a pesquisadora Dra. Ana Fiorini, com mais de três décadas de estudos, detalhou os efeitos fisiológicos do ruído e alertou que “o som pode viciar o corpo”, elevando os níveis de adrenalina e comprometendo o sono e o bem-estar.



Sociedade civil: clamor por respostas e coordenação

O filósofo Marcelo Sando, da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora, lembrou que a Avenida Paulista funciona como um verdadeiro “canyon urbano”, com elevado número de queixas, e criticou a falta de normativas claras, a fragmentação entre órgãos públicos e a ausência de mediação institucional capaz de equilibrar o uso do espaço público com a proteção à saúde. Ele defendeu que a poluição sonora seja tratada como problema de saúde pública e que licenciamentos e alvarás passem a exigir estudos de impacto acústico e de vizinhança. A própria criação da Frente Cidadã, explicou, surgiu da falta de respostas efetivas do poder público diante da crise sonora na Paulista e da constatação de que o problema se repete em dezenas de bairros, alimentado por múltiplas fontes - de bares e casas noturnas a arenas esportivas, pancadões, escapamentos adulterados, templos, festas de rua e eventos mal licenciados.

Os munícipes que participaram da audiência relataram desespero diante da poluição sonora e citaram desamparo das autoridades, mencionando helicópteros em baixa altitude, fiscalização ineficiente, eventos mal planejados e até suspeitas de corrupção velada. Representantes da sociedade civil trouxeram dados alarmantes: cerca de 2.000 denúncias de perturbação do sossego apenas aos sábados para apenas 40 fiscais, exigindo equipes capazes de realizar ao menos 50 vistorias cada.



Reivindicaram ainda a atualização da legislação para que bares só abram com tratamento acústico obrigatório, mecanismos de controle automático para trios elétricos no Carnaval (que desliguem o som ao ultrapassar os decibéis permitidos), a inclusão dos CONSEGs na organização do Carnaval - pendente há mais de seis meses - e programas educativos nas escolas que formem, desde cedo, uma cultura de respeito sonoro.

Destaques para algumas falas abaixo:

Daniel Sabino (Vila Mariana):

Trouxe a problemática de bares com música ao vivo em alto volume, com multas e ações de fiscalização que não são eficientes, ele defendeu: “ medidas mais rigorosas para reincidentes, incluindo lacração, e propôs que a responsabilidade recaia também sobre o proprietário do imóvel - não apenas sobre o CNPJ do inquilino.

Sandra Mara (Belenzinho):

Relatou a atuação de “olheiros” que avisam a chegada das viaturas, permitindo que o som seja reduzido antes da fiscalização. Cobrou ação integrada entre Subprefeitura, GCM, PM e assistência social, criticando respostas como “é difícil resolver” e defendendo medidas efetivas e permanentes.

Beni Becker:

Defendeu que São Paulo adote estratégia semelhante à política antifumo - baseada em educação e mudança cultural - e propôs ações comunitárias e multas vinculadas ao imóvel, modelo que disse ter visto funcionar em Itanhaém.

**Bruno Maia (Vice-Presidente CONSEG Santa Cecília):**

Afirmou que a Prefeitura tem ignorado as associações de bairro ao definir trajetos e horários, priorizando interesses econômicos e o discurso festivo. Criticou o aumento de eventos no centro - que estaria virando uma “Vila Madalena 2” - e defendeu limites mais claros de frequência e horário.

Jupyra (Perdizes/Allianz Parque):

Criticou propostas que elevam limites de ruído para favorecer grandes empreendimentos e defendeu mais rigor e transparência na concessão de licenças, com participação efetiva dos moradores nas decisões.

Adriano:

enquadrou a poluição sonora como problema de segurança pública e afirmou que grande parte da crise decorre do desconhecimento das próprias forças policiais sobre a diferença entre poluição sonora e perturbação do sossego.

Marta (Conseg Centro):

mandou sugestões por escrito: Obrigatoriedade de adequação acústica nos bares, fiscalização com trava sonora nos trios elétricos e inclusão dos CONSEGs na organização do Carnaval, além de programas educativos nas escolas sobre perturbação do sossego.

Resoluções e Encaminhamentos



Diante das oitivas constatamos que: “Queremos uma cidade vibrante, com lazer e cultura, mas também justa e habitável. A cidade precisa ser tanto para quem quer se divertir e para quem quer descansar”. Para que isso aconteça uma cooperação efetiva entre o setor público e a sociedade civil deve ocorrer.

A Vereadora Cris Monteiro já possui 2 (dois) projetos de Lei com enfoque neste tema:

- 1. O PL 1350/2025, que prevê a instalação de radares de ruído capazes de medir o som em tempo real e permitir uma fiscalização mais inteligente e preventiva, assim como já ocorre com os radares de velocidade.*
- 2. O PL 773/2023 que prevê a ampliação e modernização do PSIU, com medidas mais restritivas e multas mais rigorosas com a ajuda da Guarda Civil Metropolitana.*

Para tornar os projetos de lei e as demandas dos munícipes efetivas, elaboramos encaminhamentos e resoluções para que o Poder Executivo Municipal junto com os Poderes Legislativos e Judiciário, e com a sociedade civil, possam se unir e criar uma governança efetiva para solucionar o problema da poluição sonora na cidade de São Paulo.

1 Criação de uma Frente Intersecretarial Permanente sobre Poluição Sonora

Propor a instituição de uma **Frente de Trabalho conjunta entre Legislativo e Executivo**, com participação das cinco secretarias presentes na audiência:

- **Saúde (SMS)**
- **Urbanismo e Licenciamento (SMUL)**
- **Subprefeituras (SMSUB)**
- **Cultura e Economia Criativa (SMCEC)**
- **Segurança Urbana + GCM**
- **Legislativo**

Objetivo: articular políticas públicas, padronizar protocolos e definir metas conjuntas de redução de ruído urbano.

Essa frente poderia se reunir bimestralmente, sob coordenação do Gabinete da Vereadora Cris Monteiro, para **monitorar avanços e propor ajustes normativos**.

2 Reforço da Fiscalização Integrada e Inteligente

Solicitar ao Executivo:

- **Ampliação das equipes de fiscalização (PSIU e GCM)** e horários de plantão noturno;
- Integração de dados entre GCM, PSIU, 156 e Subprefeituras, para reduzir sobreposição e falhas de resposta;
- **Uso de tecnologia** (radares de ruído e sensores sonoros) em áreas críticas, como **Avenida Paulista, Vila Olímpia, Anhangabaú e bairros residenciais sensíveis**;
- **Criação de um protocolo unificado de atendimento às denúncias de ruído**, para dar transparência aos munícipes e agilidade aos órgãos.

3 **Aceleração do Mapa de Ruído de São Paulo**

Reforçar o pedido à **SMUL e ao IPT** para **antecipar a execução do Mapa de Ruído**, previsto para 2026.

Justificativa: o mapa é o principal instrumento técnico para embasar políticas de zoneamento acústico, licenciamento, eventos e transporte.

Solicitar que o **Executivo disponibilize orçamento adicional e cronograma público** das etapas do projeto, garantindo **dados abertos e acessíveis à população**.

4 **Inclusão da Poluição Sonora nas Políticas de Saúde Pública da Secretaria**

Recomendar à **Secretaria Municipal de Saúde** que:

- **Crie um programa específico de vigilância e prevenção** dos efeitos da poluição sonora;
- **Capacite as UBSs e equipes da Atenção Básica** (479 unidades) para identificar sintomas relacionados ao ruído (insônia, ansiedade, hipertensão, distúrbios do sono);
- **Integre a temática ao Plano Municipal de Saúde e à Covisa**, reconhecendo oficialmente a poluição sonora como **fator de risco ambiental e de saúde coletiva**.

5 Equilíbrio entre Cultura, Lazer e Sossego

Propor que a **Secretaria de Cultura e Economia Criativa**, em conjunto com a **SMSUB**, elabore **normas mais claras e equilibradas** para eventos culturais e blocos de Carnaval, incluindo:

- **Zonas de mitigação sonora** e horários compatíveis com áreas residenciais;
- **Critérios de licenciamento baseados em estudo de impacto acústico e de vizinhança**;
- Campanhas educativas de **convivência e respeito ao silêncio urbano**.
- Criação de rotas alternativas para os blocos de rua.

6 Governança e Transparência

Por fim, recomendar ao Executivo que:

- **Centralize as informações sobre ruído urbano em um painel público on-line**, reunindo dados do PSIU, GCM, 156 e Secretaria de Saúde;
- **Elabore relatórios semestrais de indicadores de ruído urbano**, com metas de redução e transparência orçamentária;
- **Estimule a participação da sociedade civil** nas decisões — por meio de audiências, consultas e conselhos temáticos.

cris monteiro
VEREADORA DE SÃO PAULO

NOVO